

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de dezembro de 2018

Enquadramento

O presente reporte acompanha, com uma periodicidade trimestral, o modelo de monitorização territorial, operacional e financeira dos instrumentos territoriais (ITI/PDCT, AIDUS/PEDU e DLBC) bem como de outras intervenções e investimentos com forte incidência territorial (por exemplo, PARU para os centros urbanos complementares) e do investimento municipal.

A dimensão de territorialização da aplicação dos fundos (PO Temáticos e Regionais) tem por base a localização das operações.

Este reporte integra-se nas atividades regulares da Unidade de Política Regional (UPR) da Agência para o Desenvolvimento e Coesão no âmbito das suas competências de acompanhamento, monitorização e avaliação das dinâmicas e políticas de desenvolvimento regional.

Notas:

i) A informação disponibilizada neste reporte provem do Sistema de Monitorização do Portugal 2020 sendo coerente com o Boletim Informativo dos fundos da UE da AD&C.

ii) Uma vez que uma operação pode ter incidência em mais do que um território, nos quadros em que se utiliza a designação *número de registos* está a considerar-se o número de incidências de uma operação num determinado território.

Metodologia

- ◆ A territorialização das operações tem por base a sua localização (incidência).
- ◆ Uma operação pode ter incidência territorial em mais do que um município, NUTS III ou NUTS II, pelo que o número de registos corresponde às incidências territoriais dessa operação.
- ◆ Os quadros dos instrumentos territoriais incorporam informação de 31.12.2018 relativa ao FEADER, disponibilizada pela Autoridade de Gestão do PDR 2020 (PDCT e DLBC Rural) e informação relativa ao FEAMP, disponibilizada pelo MAR 2020 (DLBC Costeiro).
- ◆ Os valores programados de PEDU e PARU no POR Centro e PARU no POR Algarve encontram-se atualizados com os dados constantes no Balcão 2020, refletindo os adicionais referentes à aplicação do acelerador do investimento municipal.

Análise Global

A 31 de dezembro de 2018, os **PO Regionais** (Continente e Regiões Autónomas) contabilizavam um total de 20.580 operações aprovadas, correspondendo a um valor global de 5.778 M€ de fundo aprovado, 2.169 M€ de fundo executado e 2.338 M€ de pagamentos.

O FEDER enquadrou 17.332 operações, correspondendo a 4.939 M€ de fundo aprovado, 1.790 M€ de fundo executado e 1.924 M€ de pagamentos. O FSE enquadrou 3.248 operações, que correspondem a 839 M€ de fundo aprovado, 379 M€ de fundo executado e 414 M€ de pagamentos.

Os PO das Regiões Autónomas continuavam a registar uma taxa média de compromisso (79%) e de execução (43%) superior aos PO Regionais do Continente (59% e 19%, respetivamente) e ao PT2020 (76% e 33%).

No final de 2018, todos os POR do Continente registavam taxas de compromisso igual ou superior a 50%, com a taxa mais alta a verificar-se no POR Lisboa (61%). As taxas de execução variavam entre 17% no POR Alentejo e 21% do POR Norte.

O POR Alentejo foi o que observou uma evolução mais acentuada da taxa de compromisso no último trimestre de 2018, com um aumento de 9,2 p.p. face ao final do 3º trimestre do ano.

As taxas de execução têm um comportamento semelhante em todos os PO Regionais do Continente com evoluções que variaram entre 2,3 p.p. no POR Algarve e 3,2 p.p. no POR Lisboa. O PO da R.A. da Madeira foi o que registou o incremento mais significativo face ao 3º trimestre: 3,8 p.p., enquanto o da R.A. dos Açores se ficou por 3,1 p.p..

NUTS II	Programação	Fundo aprovado	Despesa	Pagamentos	Indicadores financeiros	
	Financeira	(AP)	validada	(PG)	(Fundo)	
	2014-2020		(VAL)		Taxa de	Taxa de
	(PR)	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	compromisso	execução
					(AP/PR)	(VAL/PR)
		mil euros	mil euros	mil euros	%	
Portugal 2020	25.856.076	19.574.895	8.439.298	8.094.725	75,7%	32,6%
PO Regionais do Continente	7.752.503	4.560.817	1.503.588	1.656.471	58,8%	19,4%
PO Norte 2020	3.378.771	1.967.263	695.877	763.457	58,2%	20,6%
PO Centro 2020	2.155.031	1.271.072	424.332	460.466	59,0%	19,7%
PO Alentejo 2020	1.082.944	639.627	178.495	204.139	59,1%	16,5%
PO Lisboa 2020	817.081	494.570	146.239	163.535	60,5%	17,9%
PO Algarve 2020	318.676	188.285	58.644	64.873	59,1%	18,4%
PO Regiões Autónomas	1.538.707	1.217.525	665.587	1.042.153	79,1%	43,3%
PO Açores 2020	1.137.481	891.587	498.246	609.243	78,4%	43,8%
PO Madeira 14-20	401.226	325.939	167.341	432.910	81,2%	41,7%

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de dezembro de 2018

Investimentos de Esfera Municipal

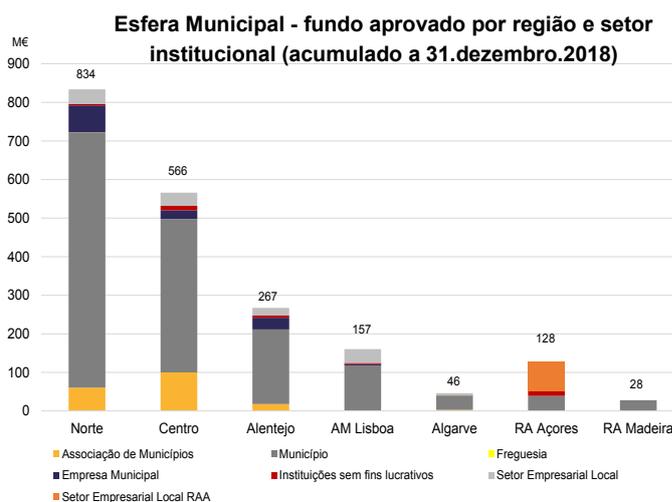
Relativamente à concretização dos investimentos de entidades da **esfera municipal**, verifica-se que, em termos acumulados, encontram-se aprovados 5.697 registos de operações correspondendo a um volume de fundo de 2.029 M€.

Os municípios mantêm-se como os principais promotores com 73% das operações e com um fundo aprovado de 1.472 M€.

A NUTS II com maior volume de fundo aprovado no âmbito da esfera municipal é o Norte, registando 834 M€ (41% do total de aprovações).

A PI 6.5 (requalificação e ambiente urbano) com 376 M€ continua a ser a PI com maior volume de fundo aprovado, sendo a que regista igualmente o maior número de operações aprovadas (812). Segue-se a PI 6.2, investimentos no setor da água, com um volume de fundo aprovado de 298 M€ e 691 operações.

No 4º trimestre de 2018, as PI 6.5 e 10.5 foram as que registaram maiores volumes de aprovações: 26 M€ e 14 M€, respetivamente.



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Incidência Territorial - localização das operações

Até 31 de dezembro de 2018 encontrava-se aprovado um total de 33.779 operações no âmbito dos fundos da Política de Coesão (FEDER, FSE e FC) do Portugal 2020, com um volume total de 15.890 M€ fundo aprovado e 6.262 M€ de fundo validado.

No que concerne à afetação regional dos fundos no conjunto dos **PO Temáticos**, é na região Norte que se concentra o maior volume de compromisso (44%) e de (execução 47%). Seguem-se o Centro (34% e 33%, respetivamente) e o Alentejo com (9%, respetivamente).

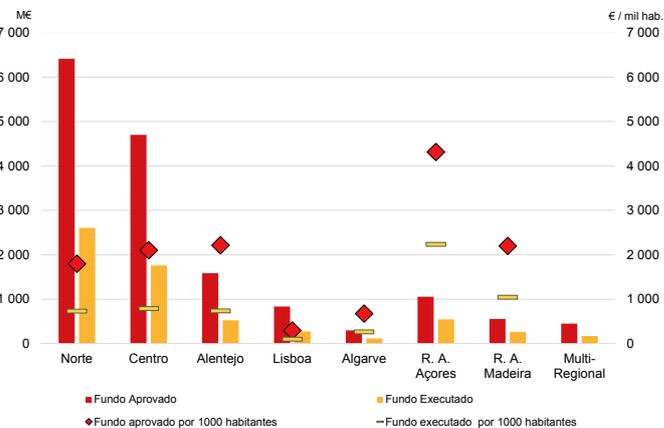
A distribuição regional *per capita* faz salientar a Região Autónoma dos Açores que regista o maior volume de fundo aprovado bem como executado, por mil habitantes.

Distribuição regional dos PO Temáticos dos fundos da Política de Coesão, a 31.dezembro.2018

PO Temáticos/ Regiões	PO CH		PO CI		PO ISE		PO SEUR	
	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Fundo Aprovado	Fundo Executado	Fundo Aprovado	Fundo Executado
Portugal	2.706.262	1.558.365	4.290.920	1.421.738	1.583.417	626.092	1.422.301	450.914
Norte	1.420.189	818.479	1.978.922	746.137	712.366	243.390	332.470	100.449
Centro	909.614	530.274	1.656.626	504.874	502.332	188.173	361.152	111.898
Alentejo	261.036	135.251	357.779	88.131	171.477	60.615	153.764	63.122
Lisboa	n.a	n.a	30.159	0	102.508	86.699	208.328	42.858
Algarve	n.a	n.a	0	0	26.553	13.947	82.475	43.411
R. A. Açores	n.a	n.a	72.191	32.444	23.953	15.804	67.150	0
R. A. Madeira	n.a	n.a	0	0	13.497	7.413	216.961	89.177
Multi-Regional	115.423	74.363	195.242	50.153	30.732	10.052	0	0
Não Territorializado	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Distribuição regional *per capita* dos fundos da Política de Coesão, a 31.dezembro.2018



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Nota: O investimento que não é possível imputar apenas a uma região é classificado como Multi-Regional.

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de dezembro de 2018

Instrumentos Territoriais

Compromisso e execução, por instrumento territorial (acumulado a 31.dezembro.2018)

No âmbito dos instrumentos territoriais o número de registos de operações aprovadas a 31 de dezembro de 2018 era de 6.050.

No âmbito dos PDCT encontravam-se aprovadas 2.277 operações como um volume de fundo associado de 564 M€.

Os PEDU, nas suas três vertentes de intervenção, registavam 826 operações aprovadas a que correspondia um montante de 412 M€ de FEDER aprovado e 104 M€ de fundo validado.

Nos DLBC, foram aprovadas 2.947 operações, maioritariamente na vertente rural (2.806). Continua a ser expressiva a preponderância da vertente rural no volume de fundo aprovado, 92%.

O quadro à direita apresenta uma síntese da execução financeira dos instrumentos territoriais por fundo.

Instrumento Territorial/Fundo	Contratado	Fundo Aprovado	Fundo Validado	Pagamentos
PDCT	1.154.076	563.788	148.497	155.875
FEDER	676.837	386.069	112.542	115.951
FSE	413.640	124.152	29.951	34.010
FC	13.532	10.619	5.288	5.208
FEADER	50.067	42.948	715	706
PEDU	758.785	411.941	103.922	105.331
FEDER	758.785	411.941	103.922	105.331
PARU	194.526	128.043	43.300	45.196
FEDER	194.155	128.043	43.300	45.196
DLBC	307.913	63.058	9.600	10.677
Costeiro	39.364	4.770	202	246
FEDER	6.535	497	64	105
FSE	7.829	210	0	3
FEAMP	25.000	4.063	138	138
Rural	242.265	57.764	9.387	10.383
FEDER	55.518	16.131	1.811	2.807
FSE	56.744	2.964	8	50
FEADER	130.003	38.668	7.568	7.526
Urbano	26.076	525	12	49
FEDER	9.119	373	12	44
FSE	16.958	151	0	5

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020.

Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbana—IFRRU 2020

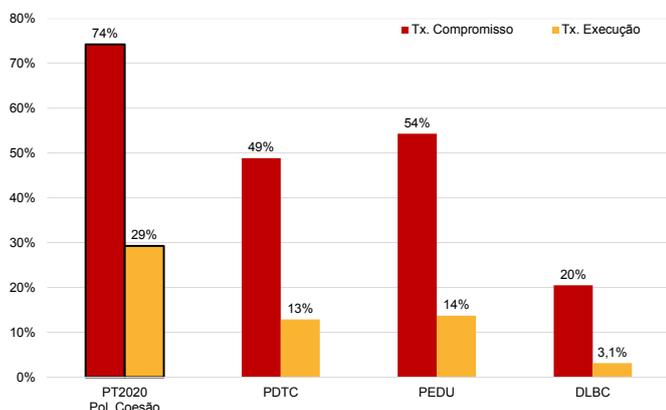
O IFRRU é um instrumento financeiro que conjuga fundos europeus do PT 2020, empréstimos do BEI e CEB e da banca comercial. Atualmente regista um total de 71 projetos com um investimento total de 268 M€.

O quadro apresenta a informação financeira relativamente aos projetos de **reabilitação urbana** em que os POR do Continente surgem como financiadores. Algumas destas operações são simultaneamente financiadas pelo PO SEUR na componente de eficiência energética (não refletida no quadro).

Financiador	N.º de projetos de reabilitação urbana	Fundo Aprovado
POR Norte	10	1.947.662
POR Centro	10	3.449.908
POR Lisboa	5	2.402.378
POR Alentejo	3	2.078.983
POR Algarve	3	2.587.363
Total	31	12.466.294

Fonte: IFRRU 2020 (dados a 31 de dezembro 2018).

Taxa de compromisso e de execução, por instrumento territorial (acumulado a 31.dezembro.2018)



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020.

Observação: Os DLBC englobam os dados do FEADER e os dados do FEAMP.

No gráfico à esquerda pode observar-se as taxas de compromisso e de execução dos principais instrumentos territoriais em comparação com o Portugal 2020, na vertente Política de Coesão.

No final de 2018, os PEDU continuavam a ser o instrumento territorial que registava a maior taxa de compromisso (54%). Ainda assim estes valores encontram-se 20 p.p. abaixo da taxa de compromisso para a totalidade dos fundos da Política de Coesão.

Os PDCT apresentavam uma taxa de compromisso de 49% (+5 p.p. que no trimestre anterior) e os DLBC uma taxa de 20% (+6 p.p.).

Os PEDU mantiveram-se como o instrumento territorial com a taxa de execução mais elevada (14%), embora abaixo dos 29% do PT2020 na componente Política de Coesão.

Ao nível dos DLBC, a execução continua a ser pouco expressiva (3,1%).

Os instrumentos territoriais apresentam ainda taxas de compromisso e de execução reduzidas face ao conjunto dos fundos da Política de Coesão.

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de dezembro de 2018

Síntese dos Instrumentos Territoriais

A 31 de dezembro de 2018, no âmbito dos instrumentos com incidência territorial (PDCT, PEDU, PARU e DLBC), contabilizavam-se 6.465 registos de aprovações. O fundo comprometido era 1.167 M€, a execução 305 M€ e o volume de pagamentos 317 M€. A taxa de execução mais alta, para o conjunto dos instrumentos analisados registava-se em Lisboa (14,6%). O instrumento com a taxa de compromisso mais elevada continuou a ser os PARU, com 66%. No âmbito dos PDCT o volume total de fundo aprovado é de 564 M€ e nos PEDU de 412 M€.

Os DLBC foram o instrumento territorial que tiveram maior número de registos aprovados face ao trimestre anterior (941). De referir ainda que os PDCT no Alentejo e os DLBC no Algarve registaram os maiores aumentos trimestrais da taxa de compromisso (10 p.p., respetivamente). No caso dos DLBC no Algarve foi a vertente costeira a que mais se evidenciou (+32 p.p. que no trimestre anterior).

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos fundos (à data de 31 de dezembro de 2018) por Região e por **Instrumento Territorial**.

Instrumento Territorial / Fundo	Programação Financeira 2014-2020 (PR)		Aprovações (AP)				Despesa validada (VAL)	Pagamentos aos beneficiários (PG)	Indicadores financeiros (Fundo)			
	Nº	Fundo Comunitário	Nº de Registos	Investimento/ custo total	Investimento/ custo total elegível	Fundo Comunitário			Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Taxa de compromisso (AP / PR)	Taxa de execução (VAL / PR)
		mil euros		mil euros			mil euros	mil euros	%			
Portugal 2020	n.a.	25.856.076	319.934	30.416.077	27.534.562	18.532.128	7.319.324	8.007.780	72%	28%	43%	109%
TOTAL - IT	383	2.414.929	6.465	1.930.007	1.543.297	1.166.831	305.319	317.079	48,3%	12,6%	27,2%	104%
PDCT	22	1.154.076	2.277	888.389	730.825	563.788	148.497	155.875	48,9%	12,9%	27,6%	105%
PEDU	105	758.785	826	678.545	522.481	411.941	103.922	105.331	54,3%	13,7%	25,6%	101%
PARU	168	194.155	415	185.696	152.239	128.043	43.300	45.196	65,9%	22,3%	35,3%	104%
DLBC	88	307.913	2.947	177.377	137.752	63.058	9.600	10.677	20,5%	3,1%	16,9%	111%
NORTE - IT	n.a.	1.107.884	2.159	875.305	688.774	569.323	146.574	149.845	51,4%	13,2%	26,3%	102%
PDCT	8	545.387	767	360.960	305.014	257.597	74.392	77.469	47,2%	13,6%	30,1%	104%
PEDU	29	372.494	355	368.488	268.479	227.502	51.848	51.455	61,1%	13,9%	22,6%	99%
PARU	57	92.473	209	99.346	81.015	68.862	18.151	18.745	74,5%	19,6%	27,2%	103%
DLBC	21	97.530	828	46.511	34.266	15.362	2.183	2.175	15,8%	2,2%	14,2%	100%
Costeiro	2	9.543	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0%
Rural	16	77.487	822	46.476	34.231	15.335	2.183	2.175	19,8%	2,8%	14,2%	100%
Urbano	3	10.500	6	35	35	27	0	0	0,3%	0,0%	0,6%	0%
GENTRO - IT	n.a.	738.066	1.932	506.005	417.832	326.364	78.262	82.143	44,2%	10,6%	25,2%	105%
PDCT	8	354.252	742	275.481	223.412	177.192	36.706	39.529	50,0%	10,4%	22,3%	108%
PEDU	32	210.167	151	123.879	106.596	90.607	23.361	23.565	43,1%	11,1%	26,0%	101%
PARU	68	73.846	122	51.906	45.446	38.629	15.078	15.592	52,3%	20,4%	40,4%	103%
DLBC	28	99.800	917	54.740	42.377	19.936	3.118	3.457	20,0%	3,1%	17,3%	110,9%
Costeiro	5	14.548	48	3.059	2.888	1.753	64	99	12,0%	0,4%	5,6%	155,0%
Rural	23	85.252	869	51.681	39.489	18.183	3.054	3.358	21,3%	3,6%	18,5%	110,0%
ALENTEJO - IT	n.a.	361.792	1.624	287.288	240.065	172.839	52.409	57.645	47,8%	14,5%	33,4%	110%
PDCT	5	165.137	601	146.925	122.031	88.290	23.458	25.416	53,5%	14,2%	28,8%	108%
PEDU	26	111.124	139	65.872	58.361	49.310	16.965	18.859	44,4%	15,3%	38,2%	111%
PARU	30	19.291	53	24.344	19.486	16.462	8.751	9.550	85,3%	45,4%	58,0%	109%
DLBC	11	66.240	831	50.147	40.188	18.777	3.235	3.821	28,3%	4,9%	20,3%	118%
Costeiro	1	3.776	4	429	429	186	0	0	4,9%	0,0%	0,0%	0%
Rural	10	62.464	827	49.719	39.759	18.590	3.235	3.821	29,8%	5,2%	20,6%	118%
A.M. LISBOA - IT	n.a.	178.368	548	238.566	179.346	89.046	26.020	25.279	49,9%	14,6%	28,4%	97%
PDCT	1	89.300	167	105.023	80.367	40.709	13.942	13.461	45,6%	15,6%	33,1%	97%
PEDU	18	65.000	181	120.307	89.045	44.522	11.747	11.452	68,5%	18,1%	25,7%	97%
DLBC	19	24.068	200	13.237	9.934	3.814	331	367	15,8%	1,4%	9,6%	111%
Costeiro	2	5.306	22	1.653	1.653	772	83	83	14,6%	1,6%	10,8%	100%
Rural	2	6.783	152	10.788	7.552	2.683	248	264	39,6%	3,6%	9,9%	107%
Urbano	15	11.979	26	796	728	359	0	19	3,0%	0,0%	5,3%	0%
ALGARVE - IT	n.a.	28.820	202	22.843	17.280	9.259	2.053	2.167	32,1%	7,1%	23,4%	106%
PARU	13	8.545	31	10.101	6.292	4.090	1.320	1.309	47,9%	15,4%	32,0%	99%
DLBC	9	20.276	171	12.743	10.988	5.169	733	858	25,5%	3,6%	16,6%	117%
Costeiro	2	6.191	26	4.739	4.686	2.058	55	64	33,2%	0,9%	3,1%	116%
Rural	3	10.280	136	7.683	6.022	2.973	667	765	28,9%	6,5%	25,7%	115%
Urbano	4	3.805	9	321	280	138	12	29	3,6%	0,3%	21,3%	253%